

NEGÓCIOS REPORTAGEM DE CAPA

VIDA E MORTE

Brasilit e Eternit travam guerra pesada para convencer governo e opinião pública sobre o futuro do mineral. Em jogo, um mercado de R\$ 2 bi

ELIANE BRUM, PATRÍCIA CANÇADO E ANDRÉ BARROCAL

O governo federal pode dar, nesta semana, uma sentença de vida ou morte no meio empresarial. Na quinta-feira 14, a Comissão Interministerial do Amianto levará ao ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, um parecer conclusivo sobre o uso do mineral cancerígeno, já abolido em mais de 40 países. Essa discussão coloca em lados opostos duas das mais importantes empresas da construção civil no país. As fabricantes de telhas e caixas-d'água Brasilit e Eternit travaram uma guerra pesada nos bastidores, que mobilizou cientistas e sindicalistas, consumiu investimentos milionários em pesquisas, financiou campanhas políticas e chegou à opinião pública, com anúncios contra e a favor na TV e até nos estádios de futebol. A Brasilit, que já abandonou o amianto, quer a proibição do uso dessa matéria-prima. A Eternit defende a liberação.

A decisão do dia 14 pode significar o desaparecimento de 12 empresas (a Eternit é uma delas), o triunfo ou o fracasso de um dos negócios (a Brasilit) da poderosa multinacional francesa Saint-Gobain e o futuro de um mercado estimado em R\$ 2 bilhões ao ano. No meio do fogo cruzado, há um grave passivo trabalhista. O contato com o amianto nas fábricas deixou mais de 600 trabalhadores doentes e já matou 120 operários. Nos últimos 25 anos, o Ministério da Saúde registrou 1.800 casos de mesotelioma – câncer só causado pela inalação do amianto no meio ambiente (leia o quadro na pág. 12). As indenizações pagas até hoje são bem menores que os gastos para convencer o governo a apoiar um dos lados. No tratamento dos ex-operários, Brasilit e Eternit não brigam: agem do mesmo modo.

Foto de capa: Maurílio Claretto/ÉPOCA

Fotos: Fabiano Accorsi/ÉPOCA

Os dois lados da briga

A favor

A **Eternit**, uma das principais vozes a favor do uso controlado do amianto, tem **25%** do mercado de telhas e caixas-d'água e fatura **R\$ 432,9 milhões**. É dona da única mina de amianto do país

Contra

A **Brasilit**, do grupo francês Saint-Gobain, já investiu **R\$ 100 milhões** para desenvolver uma fibra alternativa, feita a partir do polipropileno. A empresa fatura **R\$ 200 milhões** e emprega 850 funcionários



Martins, da Eternit
Financiamento de campanhas políticas e abertura das fábricas e mina de amianto à população

Ao cortar ou furar não respire a poeira gerada pois pode prejudicar gravemente a saúde. Instalação: consulte nossos catálogos

PELO AMIANTO

O que está em jogo com a discussão do amianto

Faturamento anual do setor*

R\$ 2 bilhões

Empresas

13 produtoras de telhas e caixas-d'água

21 fábricas de fibrocimento

Empregos diretos

3.500

* Inclui mineração e produção
Fontes: Estimativas Eternit e Ministério do Trabalho

A Brasilit e a Eternit já foram grandes aliadas no passado. Até a década de 90, eram sócias na Sama, a única mina de amianto que ainda funciona no Brasil. A Saint-Gobain, controladora da Brasilit, já foi uma das principais acionistas da Eternit. Desde que o amianto foi banido na França, em 1997, a parceria virou pó. O grupo não estava disposto a reviver, aqui, a experiência do passado. As primeiras notícias de doenças causadas pelo amianto datam de 1906. No final da década de 70, a conceituada Agência Internacional de Pesquisa do Câncer, com sede em Lyon, anunciou que o amianto causava câncer. Enquanto o barulho crescia na França, o silêncio era total nas fábricas brasileiras. Segundo estimativas oficiais, 50 mil operários brasileiros foram expostos ao amianto desde os anos 60. Na Europa, Saint-Gobain e Eternit envolveram médicos e cientistas importantes na tentativa de retardar o banimento. Conseguiram por 20 anos. O mesmo filme se repete hoje aqui, mas liderado apenas pela Eternit.

Calcula-se que até 2020 a Europa terá meio milhão de mortos pelo amianto – 100 mil apenas na França. A Saint-Gobain, grupo de 30 bilhões de euros de faturamento, ficou com a imagem profundamente abalada perante a opinião pública e tem sido condenada a pagar indenizações milionárias nos tribunais franceses. “É uma relação difícil, porque agora somos inimigos (*da Eternit*). Temos estratégias completamente opostas”, diz Daniel Rolland, diretor-geral da Brasilit. A empresa já gastou R\$ 100 milhões para desenvolver uma fibra alternativa, feita a partir do polipropileno, e aposta alto numa mudança na legislação. Além dos gastos com pesquisa, ela vem subsidiando as vendas dos novos produtos, que, segundo Rolland, custam 15% a mais. “Cada companhia tem a liberdade de definir estratégias que deve tomar. Nós estivemos juntos na defesa do amianto, mas eu entendo que não foi a experiência brasileira que motivou a mudança da Brasilit”, diz Élio Martins, presidente da Eternit. “A questão do banimento é conduzida de acordo com os interesses econômicos de cada país.”

A Eternit já financiou a campanha de três senadores e seis deputados de Goiás, Estado onde está localizada a Sama, a mina de amianto do grupo. Os nove parlamentares defendem a bandeira da Eternit. O principal lobista do amianto no Congresso é o deputado ▶

Rolland, da Brasilit
Pesquisa de nova tecnologia e subsídio das vendas para substituir o mineral cancerígeno



CONTÉM AMIANTO

NEGÓCIOS REPORTAGEM DE CAPA

Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO). Com 40 dias de mandato, subiu à tribuna da Câmara para defender o mineral, o que voltaria a fazer quando a comissão foi criada. No mês passado, agendou uma reunião com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, para discutir o tema. Leréia recebeu R\$ 300 mil da Sama na campanha de 2002 e faz parte de um grupo que ficou conhecido como a bancada do amianto, que tem entre seus integrantes mais famosos o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO) e o senador Maguito Vilela (PMDB-GO). "O governo tem de punir quem não protege o trabalhador, e não banir uma atividade importante para Goiás e para o Brasil", justifica Leréia. A Sama é a principal empregadora da Minaçu, cidade do deputado. Na mina, trabalham 540 pessoas. Dali saem 12% da produção mundial de amianto.

Até o ano passado, a guerra ficou restrita a trabalhadores, políticos e empresários ligados ao mineral. A Brasilit rompeu a barreira ao distribuir cartazes contra o amianto em estádios de futebol e nos pontos-de-venda. O Instituto Brasileiro do Crisotila foi além. Lançou uma campanha de R\$ 5 milhões para convencer a opinião pública de que o amianto, se usado de maneira responsável, não representa ameaça ao trabalhador nem ao consumidor. A campanha foi ao ar, mas acabou proibida pelo Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar) em março. A Eternit reforçou a corrente e lançou um programa de visitas a suas cinco fábricas e à mineradora Sama. O objetivo era levar políticos, médicos, sindicalistas, fornecedores e revendedores para conhecer de perto a realidade do trabalhador. Esse esforço pró-amianto ganhou até colaboração internacional. O Instituto Crisotila do Canadá, que serviu de inspi-

Bancada do amianto

A Sama, única mineradora de amianto do país, financiou a campanha de vários políticos brasileiros

	Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) R\$ 300 mil		Vilmar Rocha (PFL-GO) R\$ 50 mil
	Maguito Vilela (PMDB-GO) R\$ 160 mil		Lucia Vânia (PSDB-GO) R\$ 50 mil
	Ronaldo Caiado (PFL-GO) R\$ 100 mil		Demóstenes Torres (PFL-GO) R\$ 30 mil
	Rubens Otoni (PT-GO) R\$ 70 mil		Jovair Arantes (PTB-GO) R\$ 25 mil

Roberto Castro/AE, Joedson Alves/AE, Roberto Castro/AE, Rafael N. Meyer/AE

ração ao brasileiro e compartilha informações com os correligionários daqui, também veio a Brasília para participar de audiências públicas. O país é hoje o terceiro maior produtor de amianto, atrás da Rússia e da China. A estratégia é tentar convencer a opinião pública de que o amianto do tipo crisotila não faz mal. O critério 203, de 1998, da Organização Mundial da Saúde, diz que não há limite seguro para o câncer na exposição à crisotila.

Os dois lados da guerra são igualmente fortes e bem articulados. Desde que a Comissão Interministerial do Amianto foi criada, em maio passado, as empresas não têm pou-

Vida a preço de tabela

Como Eternit e Brasilit tratam os ex-trabalhadores condenados à morte pela inalação do amianto

Às 13h03 de 7 de março, a conta bancária de Nelson de Oliveira recebeu o maior aporte dos 58 anos do operário: o depósito de um cheque da Eternit no valor de R\$ 24.432,34. O problema é que Nelson estava morto havia dois dias. O pagamento foi feito pelo maior valor da tabela da empresa, reservado aos casos fatais, com morte iminente. Equivale ao preço de um carro popular zero-quilômetro – ou a 1/12 da doação da Sama (a mineradora da Eternit) à candidatura vencedora de Carlos Alberto Leréia a deputado federal em 2002.

Nelson trabalhou por 22 anos, de 1970 a 1992, na fábrica da Eternit, em Osasco, na Grande São Paulo. Cabia a ele pintar o nome da empresa nas telhas e caixas-d'água de amianto. Em agosto, começou a sentir cansaço e dor no peito. Tinha mesotelioma. Do valor pago pela vida de Nelson, R\$ 7.535 foram gastos com sua morte: a compra do túmulo e as despesas com o enterro.

O mesotelioma só é causado pelo amianto. O câncer atinge as membranas do pulmão, coração e abdômen. As mortes traçam uma curva ascendente. No Sudeste, duplicaram de 25 casos

em 1996 para 50 em 2002. Doutor em Saúde Pública, Hermano Castro, da Fiocruz, afirma que o Brasil terá uma epidemia de mesotelioma entre os anos de 2010 e 2020. Só então o tumor vai aparecer nos operários contaminados nas décadas de maior consumo, de 70 e 80. O mesotelioma leva de 30 a 50 anos para se manifestar. Agressivo, mata em no máximo três anos. "Quem vai pagar a conta do amianto é a sociedade, pelo SUS e pela Previdência", assinala.

Nelson sobreviveu menos de um ano. A família procurou a Eternit no início de 2005 para pedir ajuda. Na sexta-feira de Carnaval, Nelson estava internado no Hospital Montreal, em Osasco, respirando com uma máscara de oxigênio. Dois representantes da Eternit e um funcionário do 2º Cartório de Osasco levaram a ele um Instrumento Particular de Transação. Se Nelson estivesse catalogado no grau 1 (asbestose sem disfun-



Nelson de Oliveira Seu filho Edson (ao lado) vai entrar com ação na Justiça



pado esforços – muito menos dinheiro – para demonstrar ao governo quem está com a razão. Um número em especial causa enorme comoção. Segundo a indústria, há 200 mil empregos indiretos em jogo com o fim do amianto. A estatística é controversa. “Segundo dados do Ministério do Trabalho, a mineração e as empresas de fibrocimento geram cerca de 3.500 empregos diretos. A diferença entre esse número e o de 200 mil é astronômica”, diz Fernanda Giannasi, auditora fiscal do Trabalho e uma das principais defensoras do banimento. A Brasilit também tenta impressionar. Na última visita a Brasília, em fevereiro, os franceses assinaram um compromisso com o governo, colocando a tecnologia alternativa à disposição caso o amianto perca de vez seu espaço. Se vão cobrar barato ou não, só o futuro – e o mercado – dirá.

Até aqui, o governo mostrou-se dividido. De um lado, estão os ministérios da Saúde, Previdência e Trabalho, defensores da substituição progressiva do amianto. Os ministérios de Minas e Energia e do Desenvolvimento apóiam o uso controlado da fibra. “A tendência normal no mundo é o banimento. Isso deve acontecer no Brasil também, ainda que de modo gradativo”, afirma Domingos Lino, coordenador da Comissão. Sua opinião é contestada por outro forte integrante, o geólogo Cláudio Scliar, de Minas e Energia. “A comissão não pode refletir uma disputa comercial internacional. O amianto nos dá soberania. O banimento só favoreceria grupos multinacionais”, afirma. Pelo visto, em vez de técnica, essa será uma decisão política. O abacaxi de enfrentar, de um lado, um poder econômico de R\$ 2 bilhões e, de outro, milhares de indenizações e mortes de trabalhadores pode sobrar para o presidente Lula. A conta da saúde dos operários já é paga há muito pelo país. ■



Pulmão de amianto
Nestor e Doracy têm no peito a fibra assassina

Fotos: Maurício Claret/ÉPOCA

ção), teria direito a receber R\$ 8.144,33. No grau 2 (asbestose com disfunção leve), o valor subiria para R\$ 16.288,38. Como estava no grau 3, foi contemplado com a indenização máxima: R\$ 24.432,34. “Meu pai não tinha condições de ler o contrato. Nem eu. A Eternit condicionou o tratamento à assinatura do acordo”, conta seu filho, Edson de Oliveira. “Eu teria assinado até papel em branco.” No dia seguinte, 5 de fevereiro, o operário foi transferido pela Eternit para o Hospital Santa Catarina, em São Paulo.

Como Nelson, os trabalhadores da Eternit e Brasilit só descobriram nos anos 90 que muitos morreriam por causa da fibra cancerígena. Enquanto eles criaram a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea), as multinacionais montavam escritórios para fechar acordos antes que o escândalo se tornasse público. A saúde dos operários recebia três classificações: R\$ 5 mil, R\$ 10 mil e R\$ 15 mil. Portanto, havia mais uma razão para a pressa: doenças como asbestose são progressivas e fatais. Isso significa que aquele que nos anos 90 estava no nível 1, valor mínimo, hoje pode estar no nível 3, valor máximo. “Foi uma resposta proativa da empresa diante da solicitação dos ex-trabalhadores”, diz Élio Martins, presidente da Eternit. A empresa, hoje, apenas atualizou os valores. A Brasilit afirma que pode

“Eu assinaria até papel em branco. Meu pai estava morrendo no hospital”

Edson Alexandre de Oliveira, de 33 anos, filho do operário da Eternit Nelson José de Oliveira, morto de mesotelioma, o câncer do amianto, em 5 de março de 2005

“Não quero morrer no oxigênio. Peço a Deus que me mande um infarto”

Doracy Maggion, de 67 anos, funcionário da Eternit por 21 anos e portador de asbestose, doença que endurece o pulmão até a morte por asfixia

chegar a R\$ 100 mil se o operário optar por não ter plano de saúde. “Nossos planos são absolutamente interessantes”, diz o diretor-geral, Daniel Rolland. Em outubro, a Brasilit pagou R\$ 58 mil a Sebastião da Silva. O acordo foi firmado quando fazia cem dias que ele estava preso num tubo de oxigênio. Morreu no dia em que o cheque foi descontado.

Parte dos operários recusou o acordo e pretende resistir – no caso deles é literal – até a morte. “Como é que eu vou aceitar proposta para comprar caixão? Minha vida não vale tão pouco”, diz Nestor de Souza, de 61 anos, que trabalhou 21 na Brasilit. Como Nestor, Doracy Maggion, de 67 anos, tem asbestose, doença mais conhecida como “pulmão de pedra”. Ele trabalhou mais de 20 anos na Eternit. “Foi uma covardia que fizeram com a gente. Sabiam que o amianto matava, já tinham problemas no Primeiro Mundo. Esconderam quanto puderam”, diz. “Esse acordo é indecente.”

Seu colega, Nelson de Oliveira, só assinou o contrato com o preço de sua vida quando não conseguia mais respirar sozinho. Os representantes da Eternit levaram o cheque na UTI. “Meu pai nem conseguia pegar a caneta para assinar o recibo. Então eu assinei por ele”, conta Edson. Na semana seguinte, Nelson estava morto. ■